

RECURSO ESPECIAL Nº 1.701.462 - RS (2017/0254013-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **ECOMETAL - INDUSTRIA DE METAIS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **JEFERSON SOUZA COSTA E OUTRO(S) - RS053949**
 ALEXANDRE CARTER MANICA - RS052579
 PABLO AUGUSTO LIMA MOURÃO E OUTRO(S) - RS092361
RECORRIDO : **MARLI TEREZINHA PAN**
ADVOGADO : **JORGE AUGUSTO BANZA DE ARRUDA - RS069350**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ECOMETAL - INDUSTRIA DE METAIS LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL com base no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"Agravamento interno em agravo de instrumento. Título judicial constituído em ação monitória. Data posterior ao pedido de recuperação judicial. Reafirma-se a decisão do Relator que considerou que deixa de se justificar a restituição do dinheiro, cujos efeitos são irreversíveis e devem ser evitados, justificando-se o prosseguimento da execução. O crédito constituído em data posterior ao pedido de recuperação deixa de se submeter aos efeitos da recuperação judicial. Decisão do Relator reafirmada pela Câmara" (fl. 333 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente sustenta violação dos arts. 49, caput, da Lei 11.101/2005, 700, 701 e 702 do Código de Processo Civil de 2015, equivalentes aos artigos 1.102-A, 1.102-B e 1.1102-C, do Código de Processo Civil de 1973.

Aduz, em síntese, que o crédito é concursal e deve ser submetido aos termos do plano de recuperação judicial. Afirma que o critério para averiguar a submissão do crédito à recuperação judicial é a data do fato gerador do crédito, e não a data do trânsito em julgado da ação de conhecimento.

Menciona, no mais, que

"(...)

No presente caso, diante das provas (cheques) que lastrearam a monitória, fica claro que a existência do crédito é bem anterior ao pedido de recuperação judicial (a ação foi ajuizada em 21/06/2010). A prova idônea da existência do crédito, cabe lembrar, é condição de procedibilidade da ação. Dessa forma, não parece razoável afirmar que a recuperação judicial da empresa Ecometal não abarca esse débito" (fl. 386 e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

Contrarrazões às fls. 415/437 e-STJ.

O Ministério Público Federal, em seu parecer (fls. 505/516 e-STJ), opinou pelo provimento do recurso especial, com base nos seguintes argumentos:

"(...)

Feitos os esclarecimentos, colhe-se, sobretudo do acórdão recorrido, que o pedido de recuperação judicial data de 25 de janeiro de 2012 e que o trânsito em julgado da sentença proferida em ação monitória ocorreu em 2 de maio de 2012, únicas informações temporais. Nada se diz sobre o momento do fato gerador do crédito, aspecto fático imprescindível à presente análise.

Pelo exposto, o Ministério Público Federal manifesta-se pelo parcial provimento do recurso especial, para que os autos retornem ao tribunal de origem, a fim de que se analise o aspecto fático da demanda, observando a orientação jurisprudencial mencionada" (fls. 515/516 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece prosperar.

O Tribunal de origem, quanto ao crédito existente e sua submissão à recuperação judicial, assim concluiu:

"(...)

O pedido de recuperação judicial ocorreu em 25 de janeiro de 2012, sendo que o título judicial foi constituído com o trânsito em julgado da sentença de procedência da ação monitória, confirmada em acórdão, em 2 de maio de 2012, isto é, o crédito foi constituído posteriormente ao pedido de recuperação, não se submetendo aos efeitos da recuperação judicial.

Inexistindo razões que possam modificar a decisão monocrática recorrida, voto pelo não provimento do recurso de agravo interno, mediante os fundamentos já expostos quando da prolação da decisão de Relator..." (fl. 335 e-STJ).

No caso dos autos, portanto, o órgão julgador concluiu que o trânsito em julgado da sentença que ratificou o crédito deu-se posteriormente ao pedido de recuperação judicial da empresa recorrente, consequentemente tal crédito seria de natureza extraconcursal.

Ocorre que o entendimento jurisprudencial desta Corte encontra-se no sentido de que, nos casos de recuperação judicial, deve-se levar em consideração a data do fato gerador do crédito.

Assim, em demandas cuja obrigação advém de fato preexistente à data de

deferimento do pedido de recuperação judicial, a ação de conhecimento deve prosseguir perante o juízo na qual foi proposta e, com a determinação do valor devido, deverá o respectivo crédito ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. POSSIBILIDADE. CRÉDITO DECORRENTE DE AÇÃO AJUIZADA ANTES DO DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUBMISSÃO A SEUS EFEITOS. DECISÃO MANTIDA.

1. É permitido 'ao relator julgar monocraticamente recurso inadmissível ou, ainda, aplicar a jurisprudência consolidada deste Tribunal (...)' (EDcl no REsp 1.269.844/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018).

2. 'Tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora' (REsp n. 1.727.771/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 18/5/2018).

3. Agravo interno a que se nega provimento"

(AgInt no REsp 1766612/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

1. A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula 282 e 356 do STF, aplicável por analogia.

2. Em demandas como a presente, cuja obrigação advém de fato preexistente à data de deferimento do pedido de recuperação judicial, deve a ação de conhecimento prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, após o que, com a determinação do valor devido, deverá o respectivo crédito ser habilitado no quadro geral de credores da empresa em recuperação judicial, nos termos do art. 6º, § 1º, combinado com o art. 49, da Lei n. 11.101/2005. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno desprovido"

(AgInt no AREsp 1.357.957/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 24/6/2019, DJe 28/6/2019).

Ocorre que, no presente caso, tanto na decisão monocrática quanto no acórdão de segundo grau consta apenas a data do ajuizamento da ação monitória, sem qualquer tipo de informação a respeito da data do fato gerador do crédito.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, embora o crédito objeto da presente demanda tenha se tornado certo após o ingresso do pedido de recuperação judicial, caso seu fato gerador seja anterior ao pedido da recuperação judicial, deve ser submetido ao plano.

Nesses termos, faz-se necessário o retorno dos autos à Corte de origem para informar a data do fato gerador do crédito e, se for necessário, adequar o julgado à jurisprudência deste Superior Tribunal.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à origem para determinar a data em que o fato gerador do crédito se deu e, se for o caso, adequar o julgado com a jurisprudência desta Corte.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator